

OS MÉTODOS QUALITATIVOS

I. Os limites dos métodos quantitativos

Os capítulos precedentes tratam dos métodos quantitativos, que têm o caráter comum de supor uma população de objetos de observação comparáveis entre si. Esses objetos podem ser indivíduos, como na maioria das enquetes, mas podem, também, ser grupos ou instituições e mesmo sociedades. Em princípio, os métodos quantitativos têm, pois, — contrariamente ao que às vezes se adianta — uma grande flexibilidade. Pode-se, escolhendo um plano de observação apropriado, obter informações tão adequadas e tão complexas quanto se deseje. Assim, J. Coleman apresenta em *The Adolescent Society* uma análise que evoca por sua sutileza os trabalhos do tipo etnológico. Este resultado é a consequência do plano de observação particularmente elaborado que êle adotou. Entretanto, os métodos quantitativos têm seus limites e é importante compreender por quê.

O tipo mais perfeito de enquetes, definidas exclusivamente sôbre uma população de indivíduos, é representado pelas sondagens de opinião usuais. Um exemplo célebre e muitas vêzes utilizado aqui de enquete relativa ao mesmo tempo sôbre indivíduos e sôbre unidades de um outro tipo é *Le Suicide* de Durkheim. Na verdade, as variações das taxas de suicídio individuais são estudadas no interior de contextos sociais. Assim, Durkheim mostra, vimo-lo,

82

que as chances de suicídio variam com o grau de difusão do divórcio nas sociedades. A demonstração de uma tal proposição supõe, naturalmente, que se possa dispor, como, efetivamente, foi o caso de Durkheim, não sômente de uma população de indivíduos, mas, igualmente, de uma população de contextos comparáveis entre si e diferindo por um traço bem determinado, ou seja, o grau de difusão do divórcio na sociedade considerada.

Da mesma forma, Durkheim mostra que, se os protestantes se suicidam, em média, mais que os católicos, esta diferença varia consideravelmente de acôrdo com o fato de serem minoritários ou não. Esta demonstração supunha, como a precedente, não sômente uma população de indivíduos, mas uma população de contextos sociais. Os contextos conservados por Durkheim possuíam o duplo caráter de serem comparáveis e de se distinguirem em função de uma variável bem precisa, ou seja, a proporção dos protestantes na população considerada.

Na verdade, Durkheim compara as taxas de suicídio dos protestantes e dos católicos no conjunto dos estados alemães. Esta população apresenta a vantagem de que é composta de elementos tão comparáveis quanto possível: a língua é a mesma, a cultura, até certo ponto, semelhante, etc. Mas, ao mesmo tempo, diferem segundo o grau de implantação das duas confissões religiosas consideradas.

Observemos de passagem que, no próprio Durkheim, é às vêzes difícil nos convenceremnos que os elementos conservados são efetivamente comparáveis. Pois, se os estados alemães que considera estão, sem dúvida, tão próximos quanto sociedades distintas podem sê-lo, não é menos verdade que não diferem sômente entre si sob o aspecto religioso, Halbwachs dirigiu esta objeção a Durkheim em *Les Causes du Suicide*. Os estados protestantes, diz, têm, em geral, uma estrutura econômica diferente dos estados católicos. Além disso, são mais urbanizados.

6*

83

Estas diferenças — que é impossível eliminar — na estrutura econômica e no grau de urbanização podem, então, explicar, em parte pelo menos, os efeitos que Durkheim atribui ao fator religioso. Conseqüentemente, não é certo que este fator tenha efetivamente a importância que lhe empresta o autor do *Suicide*. As objeções que se pode dirigir aos resultados apresentados por Durkheim não derivam, entretanto, de seu método, mas das limitações que lhe impõem as estatísticas administrativas.

O método das sondagens permite, em princípio, dissimular esta dificuldade. Neste caso, o sociólogo está livre para recolher qualquer informação que lhe pareça pertinente. Pode, então, escolher livremente a população de contexto que deseja estudar e tirar desses contextos toda informação que lhe pareça útil. Desta maneira, pode, em princípio ter certeza de que, em um conjunto de contextos, estes são diferentes em uma ou outra relação e, por outro lado, efetivamente “comparáveis”. No caso, em que é impossível encontrar um conjunto de contextos que só diferem em relação a um fator dado — evidentemente o caso mais geral — pode-se, às vezes, se se dispõe de uma informação suficiente, separar estatisticamente a parte que se harmoniza com cada fator no efeito que se deseja explicar.

Notemos, todavia, que a partir do momento em que se consideram populações, não somente indivíduos, mas contextos, o custo da observação se pode tornar excessivamente elevado. É, naturalmente, tão mais elevado quanto os contextos definidos são mais amplos. E' por isto que a forma de análise prefigurada pelos trabalhos de Durkheim — e à qual demos no capítulo precedente o nome tradicional de *analyse contextual* — é antes aplicada mais a populações de instituições ou de grupos que a sociedades. Os trabalhos de Eisenstadt sôbre a integração dos imigrantes em Israel são relativos, por exemplo, a uma

população de famílias.¹ Neste caso, a enquete contextual mantém-se de dimensão razoável, pois os contextos definidos (as famílias) são restritos e facilmente observáveis. Outras enquetes contextuais são relativas a populações de grupos (como os trabalhos de James Davis sôbre as associações culturais voluntárias) ou de instituições, quer se trate de escolas, como em James Coleman, de hospitais, como nos trabalhos de Gene Levine ou de David Caplovitz, ou de sindicatos como nos de Lipset e seus colaboradores.²

Outros estudos são relativos a contextos mais vastos. Por exemplo, os estudos de sociologia política de Ennis, que analisam os efeitos do “clima eleitoral” sôbre o voto individual a partir de uma população de circunscrições eleitorais.³

Mas existem poucos estudos contextuais relativos a contextos que se estendam às sociedades globais. Compreendem-se as razões: de uma parte a população dos elementos disponíveis diminui à medida que se definem contextos sociais de dimensão mais vasta. De outra parte, o custo da observação se torna rapidamente desmedido. Os dois argumentos permitem compreender as dificuldades particulares do que se chama, às vezes, com têmo um pouco infeliz, sociologia comparativa, isto é, a sociologia centrada no problema das comparações internacionais. Pois, se permanece teoricamente possível utilizar métodos quantitativos neste caso, êles se chocam com uma dificuldade já encontrada por Durkheim: quanto mais os contextos que se analisam são complexos, mais difícil é determinar os fatores de semelhança e de dissimelhança e dar às relações estatísticas observadas uma significação não-equívoca. Pode-se, naturalmente, forjar toda sorte de índices quantitativos

¹ The process of absorption of new immigrants in Israel, *Human Relations*, 1952.

² Ver *L'Analyse empirique...* (cf. Bibliografia).

³ Ver *L'Analyse des processus sociaux* (cf. Bibliografia).

relativos ao equipamento escolar ou hospitalar, à renda individual, à relação entre poupança e consumo, no nível escolar ou cultural, etc. Podem-se, também, estudar as ligações estatísticas entre estas variáveis. Mas os resultados que se firam daí devem ser enunciados com a mais extrema prudência. Dado o caráter complexo e sincrético das sociedades globais, não é sempre fácil, na verdade, ter certeza de que uma relação entre duas variáveis não é devida à uma variável parasita que não se conseguiu identificar. A impossibilidade, assinalada por Halbwachs, de separar a ação dos fatores religiosos sobre o suicídio ilustra este tipo de dificuldades.

Essas observações mostram que os métodos quantitativos têm seus limites. Certamente, é falso pretender que eles só possam compreender os aspectos mais pobres e mais superficiais das sociedades. A análise contextual mostra que é possível estudar com muita acuidade a ação das estruturas sociais sobre os comportamentos individuais. Mas ela é limitada a contextos relativamente estreitos.

Pode-se dizer, então, que existe, na situação atual da sociologia, e talvez pela natureza das coisas, uma espécie de limite que é, além do mais, difícil situar com muita precisão, com o uso dos métodos quantitativos.

Assinalemos, todavia, que se pode citar pelo menos um estudo célebre cuja amostra de base é constituída por uma população de sociedades: o de Murdock. Em *Social Structure*, Murdock, utiliza os dados fornecidos pelos arquivos de Yale sobre as sociedades arcaicas para analisar a interdependência de seus caracteres. Demonstra brilhantemente, por uma análise estatística, a existência de sistemas de instituições. Na verdade, as regras relativas à residência, ao direito sucessório, ao direito matrimonial, à designação das relações de parentesco, aos costumes associados às cerimônias, etc. aparecem, como tantos outros elementos, implicando uns nos

outros. Pode-se caracterizar a originalidade da obra de Murdock dizendo que procurou resolver com a ajuda de métodos estatísticos o problema que Montesquieu se colocara, ou seja, o problema de *L'esprit des lois*, ou, como diríamos em linguagem mais moderna, da *lógica* ou da *estrutura das instituições*.

Evidentemente não é acaso que um dos raros estudos sociológicos relativo a uma população de sociedades concerne a sociedades arcaicas. Estas sociedades são mais simples que as nossas. A lista de suas instituições, apesar de complexa, é, afinal, infinitamente menor. Pode-se, então, ter certeza mais facilmente da significação de uma relação estatística. Vejamo-lo em um exemplo tirado da parte de *Social Structure* em que Murdock analisa a terminologia associada às relações de parentesco.

O ponto de partida da análise é um fato aparentemente inexplícavel: segundo as sociedades, as relações de parentesco distintas estão associadas a termos, seja diferentes, seja semelhantes. Assim, certas sociedades designam com o mesmo termo a irmã do pai e a mãe, a filha da irmã do pai e a irmã, enquanto outras estabelecem uma distinção terminológica entre estas relações de parentesco.

A hipótese de Murdock é que estas diferenças linguísticas resultam de diferenças nas estruturas sociais. Assim, a existência de uma poliginia sororal tende a aproximar a mulher e a irmã da mulher. Representa, diz Murdock, o papel de "nivelador". Da mesma forma, as regras de moradia podem funcionar como niveladores ou como "diferenciadores". A residência matrilocal tende a provocar uma assimilação que deriva da proximidade espacial entre a mãe e a irmã da mãe. Da mesma forma, as regras de descendência de tipo patrilinear — que colocam a filha do pai e a filha na mesma linhagem, no mesmo clã ou na mesma metade e a filha da irmã em um grupo distinto — tendem a provocar uma assi-

miliação entre a filha e a filha do irmão e uma diferenciação entre a filha e a filha da irmã.

Murdock dá, dessa forma, uma lista extensa de niveladores e de diferenciadores e anuncia o "postulado" seguinte (que seria mais correto chamar *axioma*): "Parentes tendem antes a ser designados pelo mesmo termo do que por termos diferentes, em proporção inversa ao número e à eficácia da distinção que os separam e dos diferenciadores sociais que os afetam; em proporção direta ao número e à eficácia relativa dos niveladores sociais que os afetam".

As associações e dissociações terminológicas observadas resultam então, de qualquer forma, da soma algébrica de fatores opostos. Naturalmente é impossível medir esses efeitos. Pode-se somente fixar-lhes a importância relativa de maneira intuitiva e subjetiva. Além disso, é praticamente impossível levantar uma lista exaustiva. Resulta desta situação que os *teoremas* (o termo é de Murdock) que se vão deduzir do axioma de base vão aparecer sob a forma de proposições probabilísticas. O procedimento dedutivo, que permite passar do axioma fundamental à suas consequências, supõe, além disso, uma avaliação subjetiva da importância relativa dos fatores.

Para concretizar o procedimento adotado por Murdock, examinemos, por exemplo, o "teorema 4". Ele assim se enuncia:

"Na presença da poligínia não-sororal, os colaterais que não pertencem à família poligínica *tendem* a ser designados por termos diferentes dos que designam os parentes diretos (*primary*) de sexo igual que pertencam à mesma geração". Este teorema significa, por exemplo, que a mãe e a irmã da mãe devem ser menos freqüentemente designadas pelo mesmo termo nos sistemas de poligínia não-sororal do que nos outros.

Obseremos agora como as correlações expressas este teorema se apresentam empiricamente (quadro XIII).

QUADRO XII
PRIMEIRA VERIFICAÇÃO DO "TEOREMA 4"
DE MURDOCK

Duplas de parentes—	Outras formas de casamento		Poligínia não-sororal	
	térmo diferentes	Mesmo Térmos	Térmos diferentes	Mesmo término
Irmã da mãe-mãe	53	58	48	70
Mulher do irmão do pai-mãe	36	46	37	45
Filha do irmão do pai-irmã	28	84	23	95
Filha da irmã da mãe-irmã	30	78	23	90
Filha do irmão-filha	38	61	39	73
Filha da irmã da mulher-filha	22	28	16	24

A demonstração, como se vê, chega a um quase-fracasso: a mulher do irmão do pai e a mãe não são designadas mais freqüentemente por termos distintos nos sistemas de poligínia não-sororal (36 destes sistemas sobre um total de 36 + 46 = 82 fazem a distinção) do que nos outros (a relação é, aqui, igual a 37/(37 + 45) = 37/82).

Este exemplo mostra que, mesmo na situação relativamente privilegiada em que se encontra Murdock, a aplicação de métodos quantitativos cria importantes dificuldades. No presente caso, Murdock emite o diagnóstico de que o fracasso da demonstração era devido a que a poligínia não-sororal é muitas vezes associada à moradia patrilocal e à descendência patrilinear. Como estes fatores exercem uma ação oposta à do sistema matrimonial, era inevitável que as correlações do quadro precedente aparecessem como "embarralhadas". Para resolver a questão, Murdock emprega um procedimento cuja lógica não é outra senão a da "análise multivariada". A fim de eliminar o efeito perturbador da descendência patrilinear, decidiu, na verdade, excluir de sua amostra as sociedades caracterizadas por linhagens, clãs ou metades patrilineares. As novas correlações características desta subamostra estão apresentadas no quadro XIII.

QUADRO XIII
SEGUNDA VERIFICAÇÃO DO "TEOREMA 4"
DE MURDOCK

Duplas de parentes	Poligamia não-sororal		Outras formas de casamento	
	Térmos diferentes	Mesmo termo	Térmos diferentes	Mesmo termo
Irmã da mãe-mãe	25	19	34	51
Mulher do irmão do pai-mãe	16	11	23	29
Filha do irmão do pai-irmã	12	33	18	69
Filha da irmã da mãe-irmã	11	22	20	68
Filha do irmão-filha	23	17	28	50
Filha da irmã da mulher-filha	7	9	12	16

As correlações são, desta vez, notavelmente mais elevadas. Além disso caminham tôdas no sentido predito pela teoria.

Este exemplo tem a vantagem de ilustrar simplesmente a dificuldade metodológica fundamental dos estudos "comparativos": as distinções e assimilações terminológicas dependem de fatores cujo pêso é diverso e cuja ação pode-se exercer em direções opostas. Daí resulta que, para analisar a eficácia real de um fator, seria necessário poder utilizar um procedimento análogo à análise multivariada e examinar essa ação em grupos de sociedades homogêneas em todos os outros fatores.

Este procedimento ideal não pode, entretanto, ser aplicado, pois êsses grupos comportariam um número de elementos tão frágil que uma análise das correlações seria impossível. É sintomático que Murdock não tenha procurado homogeneizar sua amostra simultaneamente em relação ao sistema de moradia e em relação ao sistema de filiação, apesar de êstes dois fatores contribuírem independentemente para perturbar as correlações entre distinções terminológicas e sistema matrimonial. Isso provém de que a

amostra que teria obtido teria sido inútil, porque de dimensão demasiado restrita.

O exemplo de Murdock mostra que os métodos quantitativos são, em princípio, aplicáveis às sociedades globais como aos sistemas parciais. É notável, na verdade, que as questões que se coloca Murdock sejam, como dizíamos, formalmente análogas às de Montesquieu.

Mas é igualmente claro que, no caso em que se dirige a sistemas complexos, o sociólogo encontra dificuldades graves. No caso de Murdock, a análise quantitativa permanece possível, pois é possível constituir uma amostra de sociedades comparáveis. Entretanto, o caráter restrito — e necessariamente restrito da amostra — condena a análise a permanecer relativamente superficial.

Quando nos dirigimos a sociedades mais complexas, como nossas sociedades, a aplicação dos métodos quantitativos é ainda mais delicada e a análise das correlações ainda mais precária.

II. Os métodos qualitativos na análise dos fenômenos complexos

Com exceção de situações em que o emprego de métodos quantitativos encontra dificuldades lógicas consideráveis, existe um caso extremo em que sua aplicação está, por definição, excluída. É aquêle em que o sociólogo se propõe a analisar um fenômeno único.

Assim, Max Weber se interroga em *Die protestantische Ethik* (A Ética Protestante) sobre as origens do capitalismo moderno de tipo ocidental. Em sua *Sociologie du Roman*, Lucien Goldmann se pergunta por que a literatura moderna é dominada por uma forma literária particular, o romance. Em *Social Theory and Social Structure*, Merton se interroga sobre as razões de ser da máquina política americana, "instituição" original e que praticamente não tem

equivivalentes. Em *L'Ancien Régime*, Tocqueville se pergunta por que a França contém um número muito maior de aglomerações de pequena extensão do que seus vizinhos.

As quatro questões têm um caráter comum: são relativas às origens ou às razões de ser de um fenômeno único: capitalismo ocidental, romance, máquina política, distribuição das aglomerações francesas em função de sua dimensão.

Para responder a questões deste gênero, podem-se utilizar, *grosso modo*, três "métodos".

O primeiro, que só mencionamos a título de informação, é o que consiste em postular a existência de leis da história ou de leis da mudança, que permitam, teoricamente, explicar por subordinação tal ou tal fenômeno particular. Com razão, tende-se hoje a considerar que este tipo de explicação é, de fato, tautológica.

O segundo método consiste em fazer aparecer uma implicação lógica entre um fenômeno social de natureza geral e o fenômeno que se quer explicar. É o método que segue, por exemplo, Panofsky em seu livro *Architecture Góthique et Pensée Scolastique*.⁴ Interrogando-se sobre os caracteres originais da arquitetura gótica, Panofsky mostra que seus planos são concebidos nas mesmas formas e articulações da mesma maneira que as exposições da filosofia escolástica. Na verdade, observa-se, no plano das catedrais como nos textos escolásticos, uma articulação do pensamento ou, pelo menos, da exposição, cuja estrutura lógica é idêntica. Os matemáticos fariam, se bem que Panofsky não empregue a palavra, de estrutura *lexicográfica*.

O princípio da explicação consiste, pois, aqui, em evidenciar o parentesco lógico entre dois fenômenos ou dois aspectos da ordem social. É, igualmente, o método que emprega Max Weber em *A Ética*

⁴ Paris, Editions de Minuit, 1967.

Protestante. Pode-se dar-lhe o nome de "pesquisa das homologias estruturais".

Mas, também, se pode tentar mostrar, como faz Merton em sua análise da máquina política, que um fenômeno social é implicado pelo conjunto dos outros. Trata-se agora de um método diferente dos precedentes. Designa-se em geral pela expressão *analyse funcional*.

Diremos uma palavra sobre os dois últimos métodos. Mas é importante notar que a palavra método neste caso é mais designativa das orientações gerais que dos procedimentos precisos.

Enquanto os métodos quantitativos podem ser analisados em um certo número de operações cuja natureza lógica é bem definida, não acontece o mesmo aqui. Ver-se-á pelos exemplos que se seguem que a noção de homologia estrutural pode, de fato, receber sentidos distintos. No caso dos trabalhos de Panofsky, a "estrutura" comum aos planos da arquitetura gótica e às exposições da filosofia escolástica está perfeitamente definida. Trata-se, como vimos, de uma estrutura lexicográfica e, portanto, de um tipo particular e bem conhecido de estrutura lógica. A noção de homologia é, da mesma forma, perfeitamente definida; a estrutura dos planos arquiteturais e das exposições escolásticas é, com efeito, a mesma. Aqui, portanto, homologia quer dizer *identidade*.

Mas esta precisão é excepcional. Resulta, em grande parte, de que Panofsky examina a correspondência entre duas categorias de produtos mentais. Acontece o mesmo com os recentes trabalhos de Lévi-Strauss sobre os mitos:⁵ o objeto da análise é aqui, ainda, constituído por um conjunto de produtos mentais. Pela natureza mesma de seu objeto, está colocado, sem dificuldade, em melhor posição para estabelecer correspondências estruturais precisas.

⁵ *Le cru et le cuit. Le miel et la cendre*, Paris, Plon.

Enquanto os aspectos sociais referidos não pertencem à ordem mental, as estruturas e as homologias entre essas estruturas são, frequentemente, definidas muito mais vagamente.

Acontece o mesmo no caso da análise funcional. Este método tenta sempre demonstrar, vimo-lo, que um fenômeno social particular é implicado por um conjunto de outros fenômenos. Mas é preciso reconhecer que, na maioria dos casos, as demonstrações não obedecem a regras lógicas estritas e claramente definidas. Sobre este ponto estamos, hoje, praticamente na mesma posição em que se encontrava Montesquieu quando, em *O Espírito das Leis*, analisava a implicação recíproca dos elementos que compõem os sistemas sociais.

1. A pesquisa das homologias de estrutura. — Examinaremos brevemente, aqui, dois ou três exemplos de trabalhos que podem ser classificados sob a rubrica da pesquisa das homologias estruturais.

Inicialmente, digamos uma palavra referente aos célebres trabalhos de Max Weber sobre as origens do capitalismo.

O objeto, a entidade que Max Weber se propôs é uma entidade histórica única: em nenhuma parte, em nenhuma outra sociedade e em nenhuma outra época, viu desenvolver-se este processo que é o capitalismo ocidental. A questão que, então, Weber se coloca é a de tentar compreender melhor por que os comportamentos historicamente inéditos que caracterizam o empresário capitalista se puderam desenvolver. Sua resposta é conhecida: o sistema dos fins e meios do empresário capitalista é parente do sistema dos fins e meios que a religião protestante e, notadamente, o calvinismo, inspira ao homem.

Apesar de Max Weber ser sociólogo, é difícil negar que a questão das origens do capitalismo é uma questão histórica. Entretanto, ele não responde in-

teiramente como historiador. Não tenta evidenciar o conjunto das causas que permitiriam explicar a aparição do capitalismo. Seu esforço prioritário consiste em estabelecer o parentesco de estrutura — como diríamos hoje — entre um sistema de comportamento historicamente inédito, o do empresário capitalista ocidental, e o sistema de fins e de meios igualmente inédito que representa o calvinismo.

Esta obra clássica evidencia duas noções metodológicas que deviam, em seguida, prender a atenção dos sociólogos. A primeira — a que Max Weber considerava exprimir o caráter próprio de sua metodologia — é a famosa noção de *tipo ideal*, ilustrada pela definição do capitalismo. Um dos temas importantes da metodologia weberiana é, com efeito, que os conceitos das ciências sociais não se devem definir exatamente, nem como os das ciências naturais, nem como os da filosofia. São obtidos quando se privilegiam certos caracteres do fenômeno sob exame, abandonando outros. Assim, manter-se-á do capitalismo moderno a idéia da acumulação do capital, do cálculo racional, da circulação das riquezas. A imagem assim obtida é voluntariamente simplificada. Mas essa simplificação tem o interesse de mostrar a originalidade do capitalismo industrial em relação aos dos usurários ou dos fornecedores de armamentos que tódas as sociedades tinham conhecido.

Anoção de *tipo ideal* sublinha efetivamente o caráter lógico original dos conceitos utilizados em sociologia. Estes conceitos não estão suficientemente ligados uns aos outros para dar lugar seja a definições pelo gênero próximo e a diferença específica, como em botânica, seja a definições derivadas, como em física. Mas Weber quase nunca é explícito sobre a metodologia que conduz à construção dos *tipos ideais*. De sorte que esta noção não define prioritariamente um método. Antes contribui para descrever uma dificuldade.

O segundo princípio de método que se pode destacar em *A Ética Protestante* não é praticamente salientado pelo próprio Weber nas reflexões metodológicas que apresenta sobre sua obra, notadamente em *Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Entretanto, é êle incontestavelmente que melhor traduz a originalidade dos trabalhos de Weber em relação aos dos historiadores, e também em relação às sociologias históricas, como as de Comte ou de Marx. Esse princípio, que explica em grande parte a audiência sempre actual de Weber em sociologia, é precisamente aquêle ao qual alguns deram, em seguida, o nome de homologia estrutural: um fenómeno, o capitalismo, é "explicado", não pela colocação em evidência de um feixe de causas e circunstâncias históricas, mas pela explicitação de um paralelismo entre duas "estruturas", a do comportamento do empresário capitalista, de uma parte, e da mentalidade puritana, da outra.

Este paralelismo é, sem dúvida, interpretado por Weber de maneira causal. Mais precisamente, descreve o protestantismo como uma das causas do capitalismo moderno. Mas o importante é que a relação entre os dois termos resulta de sua "identidade" de estrutura. Mesmo se ela recebe uma interpretação causal, é profundamente diferente do ponto de vista lógico das relações estabelecidas a partir da observação, seja de sistemas de ações e reacções, seja de variações concomitantes. O método de imputação causal utilizado aqui é, em outros termos, distinto ao mesmo tempo do que a maioria dos historiadores utiliza e dos métodos quase experimentais empregados por aquillo que de maneira pouco feliz, se chama sociologia empírica.

O método da pesquisa das homologias estruturais é apresentado hoje por alguns como um método fundamental da sociologia. A questão colocada, por exemplo, por Lucien Goldmann em sua *Sociologie du Roman* é, dizíamos, formalmente comparável à que

Max Weber collocava a propósito do capitalismo. Alí, êle responde, também, por um método formalmente semelhante. A questão é saber por que se assiste na história da literatura moderna a uma mudança das formas literárias que conduz à hegemonia do romance, a que se assiste desde o século XIX. Mas a noção de "romance" é difícil de definir. Não é certo, na verdade, que haja muita coisa em comum entre o *Paysan Parvenu* de Marivaux, *L'éducation Sentimentale* de Flaubert e a *Voyage au Bout de la Nuit* de Céline. Ele pode, entretanto, ser caracterizado de maneira *ideal-típica*, como a única forma literária que permite a descrição do quotidiano, do banal, do *vivido*. Quanto à hegemonia do romance, ela se explica pela homologia entre sua natureza *ideal-típica* e a condição do homem na sociedade capitalista, que conduz êste último, segundo Goldmann, a voltar-se sobre seus interesses, suas necessidades e suas inquietações quotidianas.

O método da pesquisa das homologias estruturais corresponde, de fato, a um procedimento usado espontaneamente por numerosos sociólogos. E" natural, na verdade, postular uma correspondência entre os aspectos da ordem social. A sociologia do conhecimento, fundada por Karl Mannheim, repousa, por exemplo, sobre o postulado de uma correspondência entre os produtos mentais de uma sociedade e seus aspectos não-mentais. Mas êste tipo de procedimento pode ser observado bem antes de Weber e Mannheim.

Encontram-se numerosos exemplos na obra de Tocqueville. Evocaremos apenas um, tirado de *L'Ancien Régime et la Révolution*. Comparando a filosofia política francesa do século XVIII ao pensamento político anglo-saxónico, Tocqueville sublinha a opposição profunda entre o carácter utópico e revo-

^o *Op. cit.*

lucionário da primeira e o caráter empírico e reformador da segunda, oposição que êle explica a partir de uma diferença fundiária entre os dois tipos de sociedade. A filosofia francesa das luzes deriva, declara, da condição social dos intelectuais que provém, por sua vez, de um traço fundamental da sociedade francesa, ou seja, a "centralização administrativa":

"Eles (os filósofos franceses do século XVIII) não estavam metidos quotidianamente nos negócios, como na Inglaterra, ao contrário, jamais viveram mais distantes deles; não estavam revestidos de qualquer autoridade e não ocupavam nenhuma função pública em uma sociedade já atulhada de funcionários".

Nestas condições, as reflexões dos filósofos, apesar de suas diferenças e divergências deviam estar marcadas por traços comuns. A filosofia das luzes pode, pois, ser descrita como um *tipo ideal*. Ela se reporta, como diz Tocqueville, à uma "idéia mãe".

"Por separados que estivessem no resto de seu caminho, atém-se todos a este ponto de partida: todos pensam que convém substituir regras simples e elementares, emprestadas da razão e da lei natural, aos costumes complicados e tradicionais que regiam a sociedade de seu tempo. Observando bem, ver-se-á que o que se poderia chamar a filosofia política do século XVIII consiste, afinal, apenas naquella noção".

A situação dos escritores em um regime de "centralização administrativa" e o caráter abstrato da filosofia das luzes podem, então, ser postos em correspondência.

"A situação mesma dêesses escritores preparava-os para que apreciassem as teorias gerais e abstratas em matéria de governo e a elas se entregassem cegamente. No afastamento quase infinito em que viviam da prática, nenhuma experiência vinha temperar os ardores de seus caracteres, nada os advertia dos obstáculos que os fatos existentes poderiam trazer mesmo às reformas mais desejáveis (...), pois

a ausência completa de liberdade política fazia com que o mundo dos negócios não fôsse, sómente, mal conhecido por êles, mas invisível. Nada faziam nêle e nem mesmo podiam ver o que outros afaziam (...). Tornaram-se, assim, muito mais audaciosos em suas novidades, mais amantes de idéias gerais e de sistemas (...)."

L'Ancien Régime et la Révolution, A Ética Protestante e trabalhos mais modernos mostram, pois, que o sociólogo tem recorrido freqüentemente, quando analisa fenômenos sociais complexos, a um método que se pode caracterizar por duas etapas:

- 1) a constituição de tipos ideais;
- 2) a pesquisa de correspondências estruturais entre êsses tipos.

No exemplo de Weber, êsses tipos ideais são o "protestantismo" e o "capitalismo". No exemplo de Tocqueville, são a "centralização administrativa" e o "racionalismo" do pensamento político francês do século XVIII. No exemplo de Goldmann, são o "romance" e a "alienação do homem na sociedade capitalista".

Observemos, de passagem, que a noção de tipo ideal, ou mais exatamente, os problemas lógicos de definição que subentende inspiraram pesquisas metodológicas recentes. Na verdade, a noção de fórmula-mãe proposta por Lazarsfeld, como o conceito parsoniano de *pattern-variable* podem ser considerados como respostas fragmentárias às questões levantadas pela noção de *tipo ideal*.

É preciso reconhecer, entretanto, que os problemas lógicos da construção dos conceitos em sociologia estão hoje longe de ser resolvidos de maneira satisfatória.

¹ *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Gallimard, "Idées", p.229-232.

² Cf. PAUL LAZARSFELD, A noção de fórmula-mãe, in *Le vocabulaire*. (cf. Bibliografia). Notar-se-á a similitude de ressonância entre esta noção e a de "idéia-mãe" que Tocqueville emprega incidentalmente.

A sedução que sempre exerce a metodologia de Max Weber, o fato de que um sociólogo como Parsons tenha mesmo, em um passado recente, tentado codificá-la, tudo isto demonstra, evidentemente, que se trata de um método sempre vivo. Essa vitalidade deve-se, sem dúvida, em grande parte a que pareça a única praticável a partir do momento em que nos interrogamos sobre fenômenos sociais complexos e únicos, como o nascimento do capitalismo, a hegemonia do romance, ou o desenvolvimento de um movimento de idéias como a filosofia das luzes.

Fenômenos como estes não podem ser explicados com a ajuda de uma causalidade simples. E' porque — notemo-lo incidentalmente — as explicações dos produtos mentais a partir da teoria da consciência-reflexo não sobreviveram entre os sociólogos marxistas da era estaliniana.

Além disso, o sociólogo não dispõe, em exemplos como estes, dos recursos oferecidos pelos métodos comparativos.

Em resumo, pode-se, então, dizer que o tipo de método usado em *A Ética Protestante*, apesar de conduzir a resultados dificilmente verificáveis, que mais persuadem que convencem, aparece como o único praticável na explicação de certos fenômenos sociais.

2. A análise funcional. — Um outro método importante é a análise funcional. Parte da idéia simples de que um meio eficaz para explicar os fenômenos e, sobretudo, as instituições, os costumes e os usos sociais é compreender as funções que preenchem, ou o papel que representam. Naturalmente, essas funções ou papéis devem ser assumidos em relação a alguma coisa. Mas a definição desta *alguma coisa* não é fácil. Nas versões ingênuas do funcionalismo, ela é concebida como a *sociedade* em seu conjunto. Cai-se, então, em forma mais ou menos declarada de organicismo. Nas versões mais elabora-

das, a idéia de função representa o papel de mero princípio diretor. Uma das tarefas essenciais da análise funcional é, pois, precisamente, determinar os segmentos sociais em relação aos quais um aspecto social pode ser declarado funcional ou, conforme o caso, disfuncional.

A) A análise funcional em *ethnologia*. — Apesar de Durkheim ter insistido em suas *Regras do Método Sociológico* (1898) sobre a necessidade de analisar as funções das instituições e dos usos sociais, foram sobretudo os etnólogos que suscitaram o interesse da sociologia pela análise funcional.

Para ilustrar a aplicação deste método em *ethnologia*, tomaremos um exemplo, tirado de Radcliffe-Brown, onde se vê como um uso social particular é explicado por sua coerência com o conjunto das instituições.⁹

Entre os Ba-Thonga, o filho do irmão da mãe é chamado avô. A reação do observador diante de tal fato é, naturalmente, uma reação de surpresa. O "avô", que tem muitas chances de ser mais moço que a pessoa que assim o chama, é em nossa nomenclatura primo. Como explicar este uso aparentemente surpreendente? Demonstrando que ele está de acôrdo com um conjunto de outros usos e assegura, assim, um funcionamento coerente da sociedade.

Entre os Ba-Thonga, o Ego tem em relação à irmã de seu pai uma atitude de respeito, e mesmo de medo. Em compensação, trata com familiaridade e afeição o irmão de sua mãe. Esta diferença de tratamento se explica porque o primeiro destes parentes é associado ao Ego por seu pai e o segundo por sua mãe. Ora, na sociedade Ba-Thonga, o papel de pai implica na severidade e no exercício da disciplina, enquanto que a mãe é, ao mesmo tempo, objeto e fonte de afeição e ternura. A distinção entre os papéis do pai e da mãe estende-se, assim, não ape-

⁹ *The Andaman Islanders*, 1922.

nas a seus colaterais imediatos, mas a parentes mais afastados. Estende-se mesmo às forças espirituais de que dependem, respectivamente, a mãe e o pai, assim como a seus descendentes e colaterais. Isto explica que, não somente o pai da mãe do Ego, mas, também, o irmão da mãe e mesmo o filho deste irmão sejam chamados "avô". As pessoas que devem interceder em favor do Ego junto às forças espirituais maternas são, na verdade, pela ordem: inicialmente, o pai da mãe, em caso da impossibilidade por falecimento deste último, o irmão da mãe e, após a morte deste último, o filho deste irmão. O "direito religioso" da sociedade Ba-Thonga implica, assim, em similiaridade de função destes três parentes: o que explica a identidade do termo que os designa.

Este exemplo é inteiramente característico da análise funcional. Ilustra, na verdade, o procedimento que consiste em explicar um uso particular por sua concordância com um conjunto de usos peculiares à sociedade considerada. O fato aparentemente surpreendente que serve de ponto de partida para a análise está, na realidade, de acôrdo com o *espírito* das leis familiares e religiosas que regem a sociedade.

Observemos novamente que êsse tipo de análise pertence formalmente à mesma tradição sociológica que os trabalhos de Montesquieu ou de Murdock. Entretanto, uma diferença deve ser ressaltada, ou seja, a de que Radcliffe-Brown procede pela análise "interna" das "leis" de uma sociedade particular, enquanto que as proposições de Montesquieu reportam sôbre a *comparação* qualitativa e as de Murdock sôbre a *comparação* quantitativa de um conjunto de sociedades.

O fato da análise funcional ter-se desenvolvido sobretudo no terreno da etnologia é facilmente compreensível. Por um lado porque é impossível aplicar um método histórico às sociedades sem escrita e que é, conseqüentemente, muito difícil remontar às fontes históricas de uma instituição ou de um

uso social particular. A única explicação possível de uso aparentemente surpreendente consiste, então, em analisar seu papel ou sua função. Além disso, as sociedades arcaicas têm a vantagem de serem relativamente simples. Disso resulta que se pode demonstrar mais facilmente a concordância de um uso particular com o conjunto dos outros usos.

Esta situação explica também por que o funcionalismo etnológico desemboca, às vezes, em autores como Malinowski e mesmo Radcliffe-Brown em concepção organicista das sociedades:

"Uma maneira de utilizar o conceito de função coincide com seu uso em histologia (...). E' este uso da palavra função que me parece fazer dêle um termo útil em sociologia comparativa (...). Eu definiria a função social de uma forma de atividade ou de pensamento socialmente estandarizadas por sua relação com a estrutura social, para a existência ou a continuidade da qual contribuir".¹⁰

B) *A análise funcional em sociologia.* — Não é surpreendente que a análise funcional tenha sido em seguida bem recebida em sociologia. Com efeito, certos aspectos das sociedades modernas que demandam, sem dúvida alguma, análise sociológica, não podem ser nem fácil nem completamente explicados quer por métodos de tipo quantitativo quer por métodos de tipo histórico.

Um célebre exemplo acêrca disso é a análise apresentada por Merton da "máquina política" americana.¹¹ Como se sabe, a "máquina" é um poder oficioso cujo papel não é importante apenas no jôgo eleitoral. Assume, também, o papel de um serviço de assistência social no plano local. Além disso, tem o poder de pressionar os órgãos governamentais para assegurar aos industriais privilégios que lhes permitam aumentar os lucros, estender seus mercados, etc.

¹⁰ RADCLIFFE-BROWN, *op. cit.*
¹¹ MERTON, *Elements...* (cf. Bibliografia).

Sem dúvida, existem em outras sociedades organizações mais ou menos officiosas. Servem de intermediações entre os interesses privados e a administração. Mas em parte alguma estes *grupos de pressão* têm o tamanho ou conhecem a organização da "máquina" americana. A questão que se coloca Merton é a de explicar as razões deste fenômeno particular.

Uma análise histórica sem dúvida contribuiria para resolver o problema. Entretanto, não basta explicar como uma prática ou uma instituição se desenvolveu. É preciso explicar também por que se mantém. Além disso, é quase impossível praticar aqui um método comparativo, pois trata-se de um fenômeno específico de uma sociedade bem determinada. A explicação vai consistir, como no caso do exemplo de Radcliffe-Brown, em mostrar que este fenômeno particular é uma consequência de certos traços típicos da sociedade global considerada.

A demonstração de Merton é, grosseiramente, a seguinte:

1) As instituições políticas americanas são caracterizadas por uma dispersão muito grande do poder político: todo cargo público é estritamente limitado ao mesmo tempo em relação às atribuições em que implica e em relação ao período durante o qual pode ser exercido. Além disso, a ação do poder central está severamente delimitada pelas prerrogativas dos poderes locais.

2) Resultam desta situação certas *disfunções*. Assim, a dispersão do poder político faz com que seja difícil para uma grande companhia de estradas de ferro ou de electricidade obter da Administração as decisões que lhes permitiriam conduzir bem esta ou aquela empresa.

3) As disfunções que resultam da dispersão do poder político oficial são eliminadas graças ao po-

der oculto e centralizado de que dispõe a "máquina política".

A máquina política, por sua própria natureza, é, além disso, levada a preencher outras funções e a assegurar outros serviços na sociedade. Seu poder lhe permite, como dizíamos, organizar no plano local serviços de assistência social ou jurídica junto às classes menos favorecidas. Estes serviços lhe asseguram uma clientela eleitoral ao mesmo tempo que preenchem uma função social. Apesar de existirem, naturalmente, serviços de assistência social oficiais, estes últimos encontram-se colocados em uma posição de inferioridade, pois aparecem como organismos burocráticos a que é humilhante se dirigir. Em suas relações com os serviços de assistência social da máquina, os usuários têm, ao contrário, o sentimento de estarem colocados em pé de igualdade, pois podem-se libertar do serviço fornecido por uma manifestação de fidelidade política.

A máquina serve ainda para organizar atividades econômicas que provêm das estruturas sociais, como a prostituição e o roubo, que, sendo ilegais, não podem, evidentemente, ser inseridas em quadro oficial.

O raciocínio de Merton consiste, então, em mostrar que a estrutura política oficial conduz a certas disfunções, que estas disfunções são eliminadas pela existência de uma estrutura para-oficial e esta última preenche um certo número de funções em relação a certos subgrupos.

Este exemplo é típico da utilização da análise funcional na sociologia moderna. Por um lado, mostra que certos problemas sociológicos quase que só podem ser tratados por um método deste tipo, tão vago e tão mal codificado — como o próprio Merton o reconhece — quanto possa ser. Por outro lado, ilustra o processo de relativização que sofreu o funcionalismo quando passou da etnologia à sociologia. Em texto célebre, Merton critica o funcionalismo de cer-

tos etnólogos, como Malinowski, por introduzirem três postulados indesejáveis: O postulado da unidade de *funcional da sociedade* de onde proviria que um certo uso social exerce necessariamente uma ou várias funções em relação a *toda a sociedade*; o postulado da *universalidade do funcionalismo*, segundo o qual, *todo uso social* teria uma função; o postulado da necessidade, segundo o qual, em toda sociedade, cada costume, "cada objeto material, cada idéia, cada crença preencheria uma função vital".¹²

Nem todos os textos de Malinowski apresentam o dogmatismo dos que Merton incrimina. Todavia, é incontestável que, procurando codificar os procedimentos que empregara neste terreno, Malinowski caiu em concepção vizinha do organicismo. Esta tendência é explicável pelas duas razões que evocamos mais acima: por um lado, as sociedades arcaicas, porque apresentam obstáculos inaccessíveis às pesquisas de tipo histórico só podem ser estudadas como sistemas de usos, de instituições, de regras, etc.: em outros termos, a única maneira de explicar um uso, uma instituição ou uma regra particular é demonstrar sua concordância com outros usos, instituições ou regras. Por outro lado, é mais fácil dar a impressão de compreender uma sociedade em seu conjunto ou em sua totalidade quando se trata de sociedade arcaica do que das sociedades industriais. É porque Merton propõe uma codificação da análise funcional que se afasta deliberadamente do organicismo. Para começar, nega que todo uso tenha necessariamente uma função. Certos usos, declara, podem ser simples saldo do passado e ser funcionais ou mesmo disfuncionais.

Por outro lado, certos usos podem ser funcionais em relação a certos subgrupos e ser disfuncionais ou afuncionais em relação a outros. Certas necessidades podem, enfim, ser satisfeitas por certos usos,

¹² MERTON, *op. cit.*

mas também por outros aos quais Merton dá o nome de substitutos funcionais. É, pois, impossível, como acreditavam certos funcionalistas, deduzir o uso da necessidade. A segunda pode, retrospectivamente, explicar o primeiro; não permite deduzir sua existência. As correções que Merton fez ao funcionalismo de tipo malinowskiano surgem como indispensáveis a partir do momento em que a análise funcional é aplicada a sociedades complexas. Mas é preciso constatar que Merton praticamente não conseguiu precisar as regras da análise funcional. Além disso, seu método do organicismo levou-o a dar à noção de função um conteúdo de ordem essencialmente psicológica.

As funções de que fala Merton são, com efeito, definidas sobretudo em relação às *necessidades dos indivíduos* ou dos grupos sociais. Uma posição deste gênero tem a vantagem de eliminar a aporia em que nos encontramos quando queremos definir a noção de função, recusando reportá-la à sociedade em seu conjunto. Mas é preciso, também, reconhecer que certos usos sociais têm uma função sem que esta possa ser explicitamente relacionada a necessidades quer individuais quer coletivas. Certamente, a existência da máquina política presta certos serviços, responde a certas necessidades e assume, neste sentido, um conjunto de funções. Mas nem sempre é assim. E dessa forma, se o uso dos Ba-Thonga de chamar "avós" alguns de seus primos corresponde a uma *função*, não responde, propriamente, a nenhuma *necessidade*.

Da mesma forma, o caráter restrito da família nas sociedades industriais modernas não responde às necessidades de nenhum grupo particular. Entretanto, tem, como explica Parsons em análise já evocada, uma função. Na verdade, a estrutura das sociedades industriais e suas consequências (mobilidade dos indivíduos, caráter impessoal das relações interindividuais, caráter burocrático das empresas

8*

e instituições, etc.) é incompatível com a persistência da família ampla, característica das sociedades pré-industriais.

Em resumo, pode-se dizer que a análise funcional, como os métodos de tipo weberiano, malgrado seu caráter relativamente vago, aparecem como os únicos aplicáveis no estudo de certos problemas sociológicos:

É marcadamente o caso quando nos propomos explicar fenômenos que existem, por assim dizer, em um único exemplar.

Por outro lado, as pesquisas classificadas sob a etiquêta do funcionalismo parecem corresponder, de fato, a três tendências distintas. A primeira dessas tendências, ilustrada por trabalhos como os de Radcliffe-Brown e Malinowski, está representada sobretudo em etnologia. Pode-se qualificá-la de funcionalismo absoluto. Neste caso, a noção de função se reveste, mais ou menos, do mesmo sentido que tem em fisiologia. A segunda tendência, ilustrada notadamente pelos trabalhos de Merton, define a análise funcional como um procedimento pelo qual são evidenciadas as necessidades suscitadas no interior dos diferentes grupos e segmentos sociais por uma estrutura social particular. Pode-se qualificar esta tendência de funcionalismo psicossociológico. A terceira tendência, que é representada, por exemplo, por Parsons, e se pode qualificar, como o próprio Parsons, de estrutura-funcionalismo, retoma a inspiração de Montesquieu. A noção de função aí é definida a partir do postulado segundo o qual os sistemas sociais são conjuntos coerentes que não podem aceitar instituições ou usos que conduzam a consequências contraditórias.

As tendências diversas que estão encobertas pelo termo funcionalismo, as dificuldades apresentadas pela definição da noção de função sublinham o caráter incerto da análise funcional. É difícil assosiar a este procedimento uma metodologia precisa,

como o mostra o fato de que as considerações teóricas dos funcionalistas sejam em geral muito mais incertas e criticáveis do que suas análises empíricas. Apesar disto, existe toda uma gama de problemas sociológicos que, hoje, quase não se vê como poderiam ser tratados de maneira diferente da análise funcional, por mais vago e mal definido que seja este método.

III. A análise qualitativa como substituto da análise quantitativa

Tanto o método weberiano quanto o método funcional aplicam-se a situações em que a análise estatística não pode, por princípio, ser utilizada.

Mas existem também situações em que é mais vantajoso utilizar métodos qualitativos onde métodos quantitativos poderiam ser usados por motivos de ligeireza, custo ou rapidez.

Um exemplo deste tipo de estudo é a enquete de Mirra Komarovsky relativa aos efeitos do desemprego sobre o "status" do chefe de família.¹⁸ A observação abarcou um número muito pequeno de casos: 59 ao todo. Apesar disto, Mirra pôde anunciar um certo número de proposições convincentes. Ela observou que certos chefes de família tinham conservado seu "status" e sua autoridade no seio da família, apesar da incapacidade em que se encontravam, por sua situação de desemprego, de assegurar o funcionamento normal da família. Outros, ao contrário, viram seu prestígio no seio da família profundamente atingido. A precisão com que a observação foi feita permite a Mirra Komarovsky mostrar que esta diferença era devida à intervenção de uma terceira variável. Observou, com efeito, que as consequências do desemprego sobre o prestígio do chefe de família dependiam de estrutura das relações familiares: quando as relações entre os esposos eram de tipo

¹⁸ *The unemployed man and his family*, New York 1940.

não-igualitário e repousavam em dominação do homem sobre a mulher, o desemprego não afetava a autoridade do chefe da família. Ao contrário, nas famílias caracterizadas por relações de tipo liberal e igualitário entre os esposos, revelou-se que o respeito de que desfrutava o chefe da família dependia, em geral, da eficácia com que contribuía para a boa gestão do sistema familiar. Neste caso, a situação de desemprego acarretava frequentemente degradação de sua autoridade e deterioração do clima familiar.

Tem-se aí o exemplo de uma situação em que foi possível utilizar métodos quantitativos. Os resultados teriam sido mais convincentes, mas de um custo muito mais elevado. Por outro lado, os estudos de caso permitem maior requinte de observação do que os métodos quantitativos. Assim, Mirra Komarovsky pôde pedir às pessoas que interrogou que descrevessem exata e cronologicamente as consequências da situação de desemprego. Pôde, assim, assegurar-se de que a alteração do "status" do chefe de família era consequência do desemprego, que a relação entre estrutura da família e os efeitos aparentes da situação de desemprego não era devida à intervenção de outras variáveis. Em suma, o exemplo mostra que a intensidade da observação pode suprir em certa medida sua pequena extensão. Mostra, também, reciprocamente, que a análise dos casos obedece aos mesmos princípios lógicos que os estudos quantitativos.

A escolha entre a observação pelo método dos casos e a observação de tipo estatístico é, em geral, guiada por considerações econômicas.

Em sociologia aplicada é útil, muitas vezes, chegar rapidamente a resultados pouco custosos. Neste caso, um método ligeiro deste tipo deve ser recomendado.

As *pré-enquetes*, que precedem as grandes enquetes quantitativas, são igualmente desse tipo. Efetua-

das com cuidado, podem melhorar consideravelmente a eficácia dessas enquetes. Podem, também reduzir-lhe o custo de forma significativa, como se vê pelo exemplo precedente, uma enquete ligeira e profunda pode conduzir, não apenas a hipóteses, mas mesmo a proposições que se podem considerar como certas desde esta etapa.

Naturalmente, há, também, situações em que o método dos casos se impõe, simplesmente porque a população que se deseja estudar é demasiado restrita para dar lugar ao emprego de métodos estatísticos. É uma situação deste gênero que encontraram Warner e Abegglen quando empreenderam o estudo da carreira dos magnatas da indústria americana oriundos de meios humildes.¹⁴

IV. A descrição das unidades naturais

Finalmente, é preciso pôr à parte o caso em que o objeto do sociólogo é uma unidade social de dimensão suficientemente restrita para permitir-lhe uma observação direta.

Na maioria dos casos que abordamos anteriormente, duas situações se apresentaram. Ou se tratava de explorar uma unidade social demasiado complexa para que o ideal de uma descrição concreta e exaustiva pudesse ao menos ter sentido — é o caso quando o sociólogo trata das sociedades industriais — ou se tratava de analisar um problema segmentar supondo um plano de observação seletivo. É o caso dos estudos relativos, por exemplo, aos comportamentos particulares (comportamentos religiosos, eleitorais, suicídio), aspectos particulares do funcionamento das sociedades (fenômenos de mobilidade profissional, geográfica ou social), classes de indivíduos não constituindo unidades (público dos museus), etc.

¹⁴ *Big business leaders in America*, New York, Harper, 1955.

Em outros casos, pode-se desejar analisar o funcionamento de unidades sociais naturais que, ao contrário das sociedades globais complexas, podem ser consideradas como diretamente observáveis.

Estas unidades podem ser grupos de dimensão restrita, como o grupo de jovens observado por William F. Whyte ou organismos, por exemplo, das empresas, como a manufatura de tabacos e a agência de cheques postais observadas por Michel Crozier.¹⁵

Estudos importantes relativos a empresas ou unidades orgânicas no seio da empresa remontam ao fim dos anos vinte e foram efetuados no quadro da Universidade de Harvard.

Uma das obras clássicas nesse domínio é a famosa *Management and the worker* (1939) de Roethlisberger e Dickson. Este estudo se situa na linha direta dos trabalhos de Elton Mayo.¹⁶ O ponto de partida dos trabalhos de Mayo foi um pedido de consulta, endereçado a êle e a seus colegas de Harvard por uma empresa têxtil: uma das oficinas dessa empresa era atingida por uma mobilidade de mão-de-obra muito superior à das outras oficinas. Os próprios responsáveis se declaravam incapazes de decifrar as razões deste fenómeno.

O estudo que daí resultou, assim como os estudos ulteriores de Roethlisberger e Dickson, mostraram a influência da estruturação das relações individuais implicadas na natureza das tarefas sobre o moral e o rendimento dos operários. Elles sublinhavam assim a necessidade de analisar o comportamento individual em função das situações globais nas quais se insere.

E' preciso citar, ao lado destes trabalhos, uma tradição associada entre os sociólogos contemporâ-

¹⁵ WILLIAM F. WHYTE, *Street Corner society*, Chicago, Un. of Ch. Press, 1943; Michel Crozier, *Le phénomène bureaucratique*, Paris, Le Seuil, 1963.

¹⁶ ELTON MAYO, *The human problems of an industrial civilization*, 1933.

neos a nomes como os de P. Selznick, de A. Gouldner ou de M. Crozier. Designa-se em geral por "teoria das organizações".¹⁷ Aqui, a "organização" (quer se trate de empresa, de hospital, de prisão, etc.) é concebida como *sistema*. Trata-se, então, de analisar as ações e reações que aí se desenvolvem, de compreender a complementaridade dos papéis e das atitudes entre os diferentes níveis. A diferença entre estes trabalhos e os trabalhos do tipo precedente é, sobretudo, uma diferença de ênfase. Aqui, a ênfase é sobre a inserção do indivíduo em seu campo social. Lá, é sobre o sistema. Deve-se reconhecer, entretanto, que a perspectiva da "teoria das organizações" revelou-se particularmente fecunda e contribuiu para introduzir um início de formalização na análise sociológica das unidades funcionais.

Além do estudo de grupos e das pesquisas relativas a empresas ou outros tipos de "organizações", ainda é preciso citar sob esta rubrica os estudos de comunidades, dos quais os mais célebres concernem a aglomerações de dimensões restritas. Um dos primeiros e mais célebres clássicos do gênero é, sem dúvida, o *Middletown* (1929) de Robert Lynd. Pode-se citar, entre os estudos de comunidade franceses, além do *Nouvelle, Village Français*, de Bernot e Blancard, o recente *Plodernet*, de Edgard Morin.

As vezes êsses estudos de comunidade têm um caráter essencialmente descritivo. Trata-se de fazer um inventário tão completo quanto possível dos comportamentos, atitudes, relações e percepções sociais na comunidade. E' o caso, por exemplo, dos três estudos citados. As monografias deste tipo utilizam métodos vizinhos dos que a etnologia emprega no estudo das sociedades arcaicas.

Em outros casos, a análise é centralizada em um aspecto social particular. E' o caso, por exemplo, dos trabalhos de Warner, principalmente orientados pa-

¹⁷ I. G. MARCHE e M. A. SIMON, *Les organisations*, Paris, Dunod, 1964.

ra os fenômenos de estratificação social:¹⁸ tratava-se essencialmente para Warner de determinar como os indivíduos percebiam a segmentação hierárquica de sua comunidade. Em *Elmtown's youth* (1949) de Hollingshead, a ênfase é colocada nos fenômenos de mobilidade social. O problema teórico principal que este livro busca resolver é determinar os mecanismos pelos quais o meio engendra uma viscosidade social cujo resultado é deduzir as chances de sucesso escolar, depois social, das crianças pertencentes às classes baixas.

V. Metodologia quantitativa e metodologia qualitativa

A reflexão sobre as equetes quantitativas mostrou que, de Durkheim ao momento atual, os sociólogos utilizaram — de forma mais ou menos consciente — métodos que, apesar de terem conhecido diversos aperfeiçoamentos, repousam em um conjunto de princípios lógicos bem estabelecidos. E' por isso que se pode descrever a metodologia das equetes quantitativas de maneira relativamente geral. Naturalmente, essa metodologia geral não deve ser concebida como conjunto de cânones que se importam ao pesquisador do exterior. E' muito mais do produto de uma reflexão sobre os métodos efetivamente empregados na pesquisa.

Um trabalho de reflexão análogo não foi ainda concluído no domínio das pesquisas qualitativas. Entretanto, pode-se apostar que obedecem, também elas, a uma lógica implícita, ainda que, sem dúvida, menos unificada e unificável que a das equetes quantitativas.

Esperando que esse trabalho de reflexão metodológica seja efetuado, devemos contentar-nos com observações sumárias como as que estão contidas no presente capítulo.

¹⁸ LLOYD WARNER e PAUL S. LUNN, *The social life of a modern community*, 1941.

CONCLUSÃO

Os métodos da sociologia são mais variados que os da maioria das ciências humanas. Há, talvez, um método etnológico. Não há um método sociológico, mas métodos da sociologia.

Quanto mais a sociologia progride, mais se torna evidente que qualquer tentativa de unificação metodológica está voltada ao fracasso. E' tão despropositado privilegiar os métodos quantitativos quanto os qualitativos; tão despropositado negar a importância das matemáticas em sociologia quanto desconhecer que amplos setores e numerosos problemas da sociologia não parecem dever esperar uma grande ajuda; tão despropositado pensar que a sociologia deve sempre visar uma descrição concreta dos fenômenos sociais quanto rejeitar toda pesquisa que não conduza a modelos abstratos.

Tem-se pretendido, às vezes, que a anarquia aparente da produção sociológica seja o sinal da relativa juventude desta disciplina. Entretanto, a diversidade é, sem dúvida, ainda maior hoje do que na época durkheimiana, sem que este estado de coisas resulte somente do crescimento quantitativo das pesquisas sociológicas. Além disso, não é preciso que uma disciplina apresente uma aparência de unidade para existir e ser eficaz?

As epistemologias que se debruçam sobre as ciências sociais têm quase sempre tendência a medir seus métodos e seus resultados pelos das ciências